

JOSÉ HABLE

A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
POR DECURSO DE PRAZO

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIAS

4.^a edição
revista, atualizada e ampliada



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2014 by
EDITORA MÉTODO LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714
metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br
- A Editora Método passou a publicar esta obra a partir da 4.^a edição.
- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

H127e

Hable, José

A extinção do crédito tributário por decurso de prazo / José Hable. – 4. ed. – São Paulo : Forense : São Paulo : MÉTODO, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5076-7

1. Direito Tributário - Brasil. 2. Crédito Tributário. 3. Decadência (Direito Tributário). I. Título.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo I – Aspectos Gerais da Extinção do Crédito Tributário | 7 |
| 1.1. Exposição do Tema | 7 |
| 1.2. O Tema no Direito Positivo Brasileiro | 8 |
| 1.2.1. A autonomia do Direito..... | 8 |
| 1.2.2. O Direito Tributário | 9 |
| 1.3. A Obrigação Tributária | 11 |
| 1.3.1. Definição de obrigação tributária | 11 |
| 1.3.2. Características da obrigação tributária..... | 12 |
| 1.4. O Crédito Tributário..... | 14 |
| 1.4.1. Definição de crédito tributário | 14 |
| 1.4.2. Natureza jurídica do crédito tributário..... | 15 |
| 1.5. O Lançamento Tributário | 16 |
| 1.5.1. Definição de lançamento tributário | 17 |
| 1.5.2. Natureza jurídica do lançamento tributário | 18 |
| 1.5.2.1. Natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário..... | 18 |
| 1.5.2.2. Lançamento tributário como <i>ato</i> ou <i>procedimento</i> administrativo..... | 20 |
| 1.5.3. Notificação do lançamento tributário..... | 22 |
| 1.5.4. Modalidades de lançamento tributário | 24 |
| 1.6. Resumo | 26 |
| 1.6.1. Exposição do tema | 26 |
| 1.6.2. O tema no direito positivo brasileiro | 26 |
| 1.6.3. A obrigação tributária..... | 27 |
| 1.6.4. O crédito tributário | 27 |
| 1.6.5. O lançamento tributário | 28 |

| | |
|--|-----------|
| Capítulo II – As Formas de Extinção do Crédito Tributário | 29 |
| 2.1. Considerações Iniciais..... | 29 |
| 2.2. Os Institutos da Decadência e da Prescrição..... | 30 |
| 2.2.1. Noções introdutórias..... | 30 |
| 2.2.2. Os institutos no direito privado em confronto com o direito público..... | 31 |
| 2.2.2.1. A decadência e a prescrição no Código Civil brasileiro | 32 |
| 2.2.2.2. Traços diferenciais entre os institutos da decadência e da prescrição | 34 |
| 2.2.2.2.1. O objeto dos institutos da decadência e da prescrição | 34 |
| 2.2.2.2.2. O termo inicial dos prazos da decadência e da prescrição | 36 |
| 2.2.2.2.3. A prossecução dos prazos de extinção do crédito tributário | 37 |
| 2.2.2.2.4. A repetição do indébito prescrito | 38 |
| 2.2.2.2.5. A arguição dos institutos da decadência e da prescrição | 39 |
| 2.3. O Instituto da Homologação Tácita..... | 40 |
| 2.3.1. O ato de homologação | 41 |
| 2.3.2. A extinção do crédito tributário no lançamento por homologação..... | 42 |
| 2.3.3. A natureza jurídica do prazo para a homologação tácita..... | 43 |
| 2.4. Resumo..... | 44 |
| 2.4.1. Considerações iniciais..... | 44 |
| 2.4.2. Os institutos da decadência e da prescrição..... | 45 |
| 2.4.3. O instituto da homologação tácita | 47 |
| Capítulo III – Decadência no Direito Tributário | 49 |
| 3.1. Noções Preliminares..... | 49 |
| 3.1.1. Definição do instituto de decadência | 49 |
| 3.1.2. A decadência como modalidade de extinção do crédito tributário | 50 |
| 3.2. O Art. 173 do CTN..... | 52 |
| 3.2.1. O inciso I do art. 173 do CTN | 53 |
| 3.2.2. O inciso II do art. 173 do CTN..... | 54 |
| 3.2.2.1. Vício formal..... | 56 |
| 3.2.2.2. Vício de forma & vício de competência | 58 |
| 3.2.2.3. Prossecução do prazo decadencial..... | 62 |

| | |
|--|------------|
| 3.2.3. O parágrafo único do art. 173 do CTN | 64 |
| 3.3. O Prazo de Decadência e o Processo Administrativo Fiscal..... | 68 |
| 3.3.1. A razoável duração do processo administrativo | 68 |
| 3.3.2. O prazo para a solução do contencioso fiscal..... | 71 |
| 3.3.3. A responsabilidade funcional pela demora na tramitação do processo administrativo..... | 74 |
| 3.4. A Alteração do Ato de Lançamento e o Prazo Decadencial..... | 76 |
| 3.4.1. O parágrafo único do art. 149 do CTN e o prazo para a revisão do lançamento..... | 77 |
| 3.4.2. O prazo de decadência na revisão do ato quando favorável ao contribuinte..... | 78 |
| 3.5. A Suspensão da Constituição do Crédito Tributário por Decisão Judicial..... | 81 |
| 3.6. A Ocorrência de Dolo, Fraude ou Simulação e o Prazo Decadencial.... | 86 |
| 3.6.1. A sonegação fiscal..... | 86 |
| 3.6.2. O termo inicial do prazo decadencial na ocorrência de dolo, fraude ou simulação | 90 |
| 3.7. Resumo..... | 108 |
| 3.7.1. Noções preliminares..... | 108 |
| 3.7.2. O art. 173 do CTN..... | 108 |
| 3.7.3. O prazo de decadência e o processo administrativo fiscal..... | 110 |
| 3.7.4. A alteração do ato de lançamento e o prazo decadencial..... | 110 |
| 3.7.5. Suspensão da constituição do crédito tributário por decisão judicial..... | 111 |
| 3.7.6. A ocorrência de dolo, fraude ou simulação e o prazo deca- dencial | 112 |
| Capítulo IV – A Prescrição do Crédito Tributário..... | 115 |
| 4.1. Considerações Iniciais..... | 115 |
| 4.2. Conceito Jurídico de Prescrição..... | 116 |
| 4.3. O Art. 174 do CTN | 117 |
| 4.3.1. A ação de cobrança do crédito tributário..... | 118 |
| 4.3.2. A constituição definitiva do crédito tributário..... | 118 |
| 4.3.2.1. A constituição definitiva do crédito nos lançamentos de ofício e por declaração..... | 119 |
| 4.3.2.2. A constituição definitiva do crédito no <i>lançamento por homologação</i> | 124 |
| 4.3.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas do prazo prescricional..... | 125 |
| 4.3.3.1. Causas impeditivas do prazo prescricional..... | 127 |

| | |
|--|------------|
| 4.3.3.1.1. A exigibilidade do crédito tributário e a ação para a sua cobrança..... | 129 |
| 4.3.3.1.2. O pagamento do tributo em parcelas e o prazo de prescrição | 132 |
| 4.3.3.1.3. Os prazos de pagamento do tributo e da entrega da declaração..... | 134 |
| 4.3.3.2. Causas suspensivas do prazo de prescrição | 137 |
| 4.3.3.3. Causas interruptivas do prazo de prescrição | 141 |
| 4.3.3.3.1. Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal | 142 |
| 4.3.3.3.2. Protesto judicial..... | 146 |
| 4.3.3.3.3. Ato judicial constituindo em mora o devedor | 146 |
| 4.3.3.3.4. Ato de reconhecimento do débito pelo devedor | 147 |
| 4.4. Prescrição Intercorrente..... | 149 |
| 4.4.1. A prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal ... | 151 |
| 4.4.2. A prescrição intercorrente no processo judicial..... | 152 |
| 4.5. Prazo para a Guarda de Livros e Documentos Fiscais..... | 154 |
| 4.6. Prescrição Tributária e suas Características | 155 |
| 4.6.1. A arguição da prescrição | 156 |
| 4.6.2. A repetição do indébito prescrito..... | 162 |
| 4.7. Resumo..... | 164 |
| 4.7.1. Considerações iniciais..... | 164 |
| 4.7.2. Conceito jurídico da prescrição..... | 164 |
| 4.7.3. O art. 174 do CTN..... | 164 |
| 4.7.4. Prescrição intercorrente..... | 165 |
| 4.7.5. Prazo para a guarda de livros e documentos fiscais..... | 166 |
| 4.7.6. Prescrição tributária e suas características..... | 166 |
| Capítulo V – A Homologação na Extinção do Crédito Tributário | 169 |
| 5.1. Considerações Introdutórias | 169 |
| 5.2. O Lançamento por Homologação | 172 |
| 5.3. Características do Lançamento por Homologação | 173 |
| 5.3.1. O ato de lançamento | 174 |
| 5.3.2. O termo “autolancamento”..... | 175 |
| 5.3.3. O ato de constituir o crédito tributário | 175 |
| 5.3.3.1. A constituição do crédito no lançamento por homologação | 176 |

| | |
|--|-----|
| 5.3.3.2. As declarações do tributo no lançamento por homologação | 179 |
| 5.3.3.2.1. A entrega da declaração fiscal e os prazos de decadência e prescrição | 180 |
| 5.3.3.3. A constituição formal do crédito para a inscrição em dívida ativa | 185 |
| 5.3.4. O ato de homologação | 187 |
| 5.3.4.1. O ato de homologação como ato de concordância ou como ato de lançamento tributário | 187 |
| 5.3.4.2. O ato de homologação do pagamento antecipado ou de todos os procedimentos de lançamento | 189 |
| 5.3.5. As formas de extinção do crédito tributário | 191 |
| 5.3.5.1. A extinção do crédito tributário no lançamento por homologação | 192 |
| 5.3.5.2. A extinção, sob condição resolutória, do crédito tributário | 193 |
| 5.3.5.3. A extinção definitiva do crédito tributário | 194 |
| 5.4. O § 4º do Art. 150 do CTN | 195 |
| 5.4.1. A homologação tácita | 195 |
| 5.4.1.1. Natureza jurídica do prazo para a homologação tácita | 197 |
| 5.4.1.2. A lei que fixa o prazo para homologação | 201 |
| 5.4.2. O prazo decadencial na existência ou não de pagamento antecipado | 204 |
| 5.4.3. A ressalva do § 4º do art. 150 do CTN | 207 |
| 5.4.3.1. A natureza e extensão do prazo extintivo na ocorrência de dolo, fraude ou simulação | 208 |
| 5.5. As teses dos “cinco mais cinco” anos do Superior Tribunal de Justiça | 211 |
| 5.5.1. A tese dos “5 mais 5” na repetição do indébito tributário | 211 |
| 5.5.2. A tese dos “5 mais 5” na constituição do crédito tributário | 215 |
| 5.6. Os termos de início dos prazos de decadência e prescrição no lançamento por homologação | 220 |
| 5.6.1. Tributo apenas escriturado nos livros fiscais (ou seja, sem declaração e sem pagamento) | 221 |
| 5.6.2. Tributo pago e declarado (ou seja, com pagamento e com declaração) | 225 |
| 5.6.3. Tributo não pago e declarado ou <i>pago a menor</i> ao declarado (ou seja, com declaração e sem pagamento ou pagamento a menor) | 225 |
| 5.6.4. Tributo pago e declarado com inexatidão ou omissão (ou seja, com declaração e pagamento com erros ou omissões) | 227 |

| | |
|---|------------|
| 5.6.5. Tributo pago e não declarado (ou seja, sem declaração e com pagamento)..... | 230 |
| 5.6.6. Tributo pago e declarado após o prazo legal (ou seja, com declaração e pagamento intempestivos)..... | 232 |
| 5.6.7. Tributo não pago e declarado após o prazo legal (ou seja, com declaração intempestiva e sem pagamento)..... | 233 |
| 5.6.8. Tributo não pago e não declarado em razão de dolo, fraude ou simulação (ou seja, com sonegação fiscal) | 234 |
| 5.7. Resumo..... | 236 |
| 5.7.1. Considerações introdutórias..... | 236 |
| 5.7.2. O Lançamento por homologação..... | 236 |
| 5.7.3. Características do lançamento por homologação | 237 |
| 5.7.4. O § 4º do art. 150 do CTN..... | 240 |
| 5.7.5. A tese dos “5 mais 5” anos do Superior Tribunal de Justiça | 242 |
| 5.7.6. O termo de início dos prazos de decadência e prescrição no lançamento por homologação | 244 |
| Capítulo VI – A Repetição do Indébito Tributário..... | 245 |
| 6.1. Considerações Preliminares | 245 |
| 6.2. Natureza Jurídica do Prazo para a Repetição do Indébito..... | 246 |
| 6.3. O Termo Inicial do Prazo para se Pleitear a Restituição do Indébito ... | 250 |
| 6.3.1. A extinção do crédito tributário no lançamento por homologação..... | 251 |
| 6.3.2. A Lei Complementar nº 118, de 2005..... | 254 |
| 6.4. A Declaração de Inconstitucionalidade em Matéria Tributária..... | 260 |
| 6.4.1. O controle de constitucionalidade da norma legal | 260 |
| 6.4.1.1. A retroatividade na declaração de inconstitucionalidade..... | 262 |
| 6.5. A Repetição do Indébito na Declaração de Inconstitucionalidade ... | 266 |
| 6.5.1. A tese dos “5 mais 5” do STJ na declaração de inconstitucionalidade..... | 266 |
| 6.5.2. Os institutos da decadência e da prescrição..... | 268 |
| 6.5.3. O prazo para formular o pedido de repetição do indébito | 269 |
| 6.5.4. O período retroativo na declaração de inconstitucionalidade | 272 |
| 6.6. Resumo | 276 |
| 6.6.1. Considerações preliminares | 276 |
| 6.6.2. Natureza jurídica do prazo para a repetição do indébito | 276 |
| 6.6.3. O termo inicial do prazo para se pleitear a restituição do indébito..... | 277 |

| | |
|---|------------|
| 6.6.4. A declaração de inconstitucionalidade em matéria tributária ... | 278 |
| 6.6.5. A repetição do indébito na declaração de inconstitucionalidade | 278 |
| Conclusões..... | 281 |
| Bibliografia | 291 |
| Bibliografia Eletrônica e Revistas..... | 295 |